

Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

(27/03/2017)

Aos vinte e sete dias do mês de março, às dezenove horas e quinze minutos, reuniram-se os conselheiros para a reunião ordinária do conselho municipal de política cultural. Presidindo esta reunião, o conselheiro Luciano abre os trabalhos, pedindo a chamada dos conselheiros presentes para verificar quórum. Em homenagem do dia do teatro e circo, Luciano interpreta um texto. Seguem-se os assuntos da pauta: Assinatura LIC, Eleição, BC Criativo, Regimento do teatro, Assuntos gerais: píer/ projetos da Lic/divulgação dos eventos. Bia dá ao conselho a devolutiva e faz os agradecimentos e que, neste ato, serão assinados os contratos dos primeiros sete projetos que os planos de trabalho que já estão corretos. Joceli Nazário, vereador, pediu fala, informando que seu partido tem o Ministro da Cultura, e há uma articulação de trazer um curso de gestão pública cultural que acontecerá no IFC, projeto que custa na casa de 280 mil, assim que o projeto for protocolado virá o recurso. Deixa o gabinete à disposição e agradece o tempo na reunião. Dagma solicita ao vereador a observação da lei de 2014 em que todo o espaço publico deverá exibir um produto cultural antes de seus eventos. Leitura da ata. Noemi levanta a questão questiona porque a reunião não está sendo na casa dos conselhos. Luciano explica que foi marcado no teatro em função do Dia do Teatro. Noemi questiona sobre a eleição na ata. Luciano informa que sobre a eleição, achava que havia tudo certo para a eleição. Mas que nesse período houve um problema com a eleição, e houve até a intenção de fazer uma reunião extraordinária, mas se optou trazer para a reunião plenária. Luciano solicita para alguém da FCBC se pronunciar, ou a própria Ana, que na época era conselheira. Neste período a Secretaria de Educação substituiu a representação. Lilian explica que foi relido o regimento do conselho, se se observaram questões que não estavam bem definidas para realizar a eleição naquele momento. Primeiro que nem todos os representantes governamentais estavam definidos e com o decreto publicado regulamentando, e esta já seria uma questão. O decreto foi publicado no dia 20 de março de 2017, ou seja, somente em 20 de março é que o cargo de presidente do conselho ficaria vago, dada a troca de membros, realizada por meio do referido decreto. Portanto a Ana Carolina Manhães era presidente e o mandato perduraria até o decreto do dia 20. Cabe frisar que também que nesse período de gestão o cargo é governamental e vai até o dia 29 de maio, então essa eleição que se promove hoje é até essa data, ou seja, praticamente dois meses. A partir dessa data então é feita nova eleição de membro não governamental. Assim, a eleição realizada na última reunião do conselho, é de todo nula devido à seguintes circunstâncias: primeiro, o processo eleitoral não poderia ser realizado sem a alteração dos membros, através de decreto, posto que este é um ato jurídico que define a vacância do cargo, sendo realizado apenas em 20 de março, ou seja, somente depois poderia ser feita a eleição. Mesmo que fosse aceito em data anterior, o processo eleitoral fora realizado sem todas as indicações governamentais, prejudicando então a democracia da eleição. E em segundo lugar, a eleição deveria e ainda dever ser, respeitar o que preconiza o decreto que institui o regimento interno que a diretoria executiva terá mandato de um ano, não podendo ter reeleição, e deverá ser eleita por votação secreta, de

maioria simples. Então, assim a atual presidente não poderia ter sido reconduzida ao cargo, eis que não se admite reeleição, e nem pela votação que poderia ser secreta, não aberta, como foi feita na última reunião, até em função disso o Thiago veio nos auxiliar para que o processo venha ser conduzido com a maior lisura possível. Então sendo assim, a eleição realizada na última reunião do dia 20 de fevereiro é nula, de pleno direito pelos argumentos expostos, devendo para evitar qualquer arguição nesse sentido, nova eleição de acordo com o regimento interno, e dentro dos membros nomeados no decreto, de maneira secreta e direta. .

Ana interrompe a leitura dos membros conselheiros para dizer que ficou algo estranho, primeiro porque não consta na ata que foi feita a eleição, que ganhou a presidência, e pediram para refazer a eleição novamente, onde ganhou por sete votos à seis. Pediram para refazer e ficou por sete à quatro. Depois marcou a reunião extraordinária. Bia pede para lembrar que a eleição foi sete à seis na primeira contagem e foi pedido a recontagem de votos, foi uma questão numeral. Lilian afirma que de qualquer maneira Ana teria ganho, mas não é esse o caso da nulidade da eleição. Ana diz que não entendeu porque a reunião extraordinária foi desmarcada. Questiona a convocação de reuniões pela fundação, e que deveria ser pela presidência, e questiona o estatuto sobre esse caso e acha que tudo ficou estranho e pediu para cuidar com o processo. Thiago apresenta a casa dos conselhos, diz que em vários conselhos em que a gestão atual é vaga governamental, aconteceu da troca dos gestores. Ana interrompe que veio e assinou uma lista de presença. Essa lista estava o seu nome. Thiago retoma pedindo que para explicar a legalidade da eleição, e que as novas indicações não acontecem automaticamente, somente com o decreto do chefe do poder executivo, que é publicado, como foi publicado este. Por exemplo, Thiago cita que ele próprio foi indicado para compor esse conselho pelo secretário Maraschin, contudo, foram feitas duas indicações de forma equivocada, e seu nome não consta no decreto, e portanto, nessa eleição, não pode votar, assim como o senhor Ediomar, e que isso deve ser resolvido essa semana, com o envio de ofício para a publicação no jornal. Dagma diz que nada disso é fato novo, a troca dos conselheiros, mas que fato novo é o que a Ana está falando da estranheza que a Fundação Cultural não respeitou aquele período em que ela foi eleita e que consta em ata. Thiago explica que todo conselho é vinculado à uma secretaria, quando acontece alguma coisa que põe em dúvida, é o secretário ou superintendente responsável que chama uma ação coletiva para que seja sanada a dúvida, e independente de qualquer tempo, à qualquer tempo, é tempo de sanar os equívocos. Acha que o que a Lilian coloca é que estamos aqui tentar sanar um erro e não burlar qualquer ação, até porque o presidente aqui não vai ficar um ano, e sim só até maio, apenas para tapar um buraco e prezar pelo princípio da legalidade. Lilian reforça que em tempo algum estamos questionando a figura da Ana Carolina, até porque seria para nós mais prático que ela permanecesse até 29 de maio, por uma questão de bom senso, agora o que está errado é que o processo eleitoral se deu por inobservância nossa enquanto conselheiros, enquanto secretaria do conselho, enquanto presidente interino, foi uma sucessão de erros que precisamos sanar, somente para duas reuniões, mas dentro da legalidade. Não houve intenção de prejuízo à figura da Ana Carolina, que já foi gestora e colaboradora, mas que não cabe mais essa permanência, pelo processo da reeleição, pelo processo da votação, por não ter o decreto, por

uma sucessão de erros. Ana Carolina insiste em pedir cuidado nos trâmites. Luciano coloca que é importante que nos lembremos que as reuniões ordinárias que ocorrem toda última segunda feira, e as reuniões extraordinárias podem ser solicitadas por qualquer conselheiro ou pela própria fundação, mas que se dirija ao presidente, e que inclusive pediu para que não houvesse tal reunião extraordinária exatamente pelo processo que teve, não dá para qualquer pessoa chamar reunião, e que o único processo incorreto nessa questão foi que ainda não tínhamos o decreto, e aí foi um erro nosso, que é um erro que às vezes se comete para acelerar o processo. Porém já se tinha a nomeação de todas as secretarias, tinha uma lista de presença. A forma de eleição, embora sigamos um regimento do conselho, qualquer regra desse conselho pode ser alterada pela plenária, e nós sempre fizemos eleição aberta porque a plenária prefere aberta à secreta, por questão de transparência. O erro foi não ter o decreto e se fará essa reforma dos nomes que ainda não constam no decreto e que hoje não vão poder votar. Fazemos questão que cada pessoa tenha em mãos esse decreto pois principalmente nós da sociedade civil fazemos um trabalho voluntário participando do conselho, lutando para a garantia de políticas públicas para a cultura. Bia fala que nesse momento os regimentos estão passando por uma leitura detalhada, pois estamos entrando agora, pegando o ritmo, e todas as leis, regimentos e decretos estão sendo estudados. Quanto à colocação da extraordinária, consta no artigo 17 do regimento, que o plenário reunir-se-á em reunião mensal em caráter ordinário conforme calendário anual previamente aprovado, e extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente, por iniciativa própria, ou por requerimento da maioria simples de seus membros. Como a gente tem o grupo de “whatsapp” dos conselheiros, como secretária executiva coloquei como proposta a reunião extraordinária, que não seria aberta, para lermos o regimento, para vermos onde erramos e para trazer até aqui. Mas houve problema de datas, e não houve acordo, então esperamos a ordinária, mas a qualquer momento a maioria simples pode requerer uma extraordinária. Noemi relata que não foi um requerimento da maioria. Bia diz que colocou uma consulta, uma sugestão. Noemi diz que não estava nas indicações e que então não estava na reunião da eleição, e quando retornou achou bastante estranho, porque não conseguiu visualizar que era o presidente, e só depois soube que a presidente era a Ana. Achou bastante estranho, pois a Ana foi eleita, assumiu o cargo, e depois a figura do presidente desaparece. Diz que conhece bem os conselhos, e conhece também a nossa autonomia pela escolha do voto aberto e secreto. E a Ana, a presidente, era a pessoa que estava mais alheia à tudo, que inclusive foi conversar com o superior dela, que é nossa secretária de educação, mas do conselho ela não recebeu informação nenhuma, e é esse o respaldo que ela sentiu falta. Dagma diz que foi falta de comunicação. Guilhermina diz que em que pese todo os argumentos jurídicos e equívocos que ocorreram, que só não tinha do decreto, mas a plenária pode decidir sobre isso, pensa que o processo está suspeito, fica sob suspeita, porque, houve uma eleição, uma plenária, houve uma presidente eleita que coordenou uma reunião e sem ela saber já não era mais presidente, então em que pese que “ah, vamos ter que reorganizar, vamos ter que refazer, tudo bem, mas o processo, o refazer foi encaminhado de forma equivocada e deixa sob suspeita a nova eleição do Conselho Municipal de Política Cultural, e pede para constar em ata. Wilian, explica que não se pode abandonar a questão jurídica ilegal em

detrimento por escolhas pessoais e outros tipos de escolhas. Pede para constar em ata questão da suspeita e que a Guilhermina esclareça suspeita do que e em que, pois coloca em suspeita todo o conselho, não só uma pessoa ou duas pessoas, todo o conselho que está aqui debatendo fica sob suspeita então. Guilhermina diz que está sob suspeita o processo desde a eleição, desta última eleição que foi lida a ata, que a Ana foi eleita e depois ela foi “deseleita”, nesse período, é esse processo que está sob suspeita. William informa que ela nem foi eleita, nem poderia ser eleita na realidade. Dagma diz que não é questão legal, a questão legal é perfeita, foi comunicação. Willian diz que a condição legal não está perfeita, porque quando se vai fazer uma eleição, seja conselho, seja eleição de município, condomínio, qualquer tipo de eleição, o que tem que ler primeiramente, o código eleitoral, lei de eleição, a convenção, as leis que regem esse conselho, tem um decreto que regulamenta o conselho certinho, tudo o que deve acontecer, seja a condição de elegibilidade, inexigibilidade, formação de quantos membros vão ficar, ele regra tudo, tempo de mandato, tudo. E não é porque o plenário é soberano que se vai pegar o regimento e rasga-lo. Isso é uma lei, a gente não pode ser demagogo, então toda eleição, toda reunião vamos decidir defronte todas as leis que nos regem só pq o conselho aprovou em maioria. Ninguém aqui iria aprovar, um colegiado todo, um ato ilegal por exemplo, como aprovar uma verba que está errada, a aplicar um verba que seria errada, ninguém iria fazer isso. O regimento estipula todo o ato, então ele deveria ser preconizado lá naquela eleição, aí sim todo mundo deveria ter uma cópia desse regimento, ademais ele é público, para se basear e ver as condições, pois logo no início se veria que a Ana Carolina não podia nem ser candidata, por que veda reeleição. Bem como a condição do voto secreto. Estipula-se voto por aclamação no regimento, mas não para eleição, por conta desse tipo de constrangimento que pode ocorrer. Então são uma série de nulidades. Que houve falta de comunicação, concordo plenamente, mas o atropelo das informações desde a eleições foram desconstruídas, mas não podemos convalidar um ato que é nulo desde o princípio. Fica aqui a fala da Ana Carolina e da Guilhermina, mas temos que trazer o carrinho de volta para os trilhos e pontuar o que foi feito de errado e ver o fazer para modificar. O plenário tem todas as possibilidades de fazer as alterações no regimento interno, isso pode servir para debatermos um novo regimento interno. Aí a plenária é soberana, exercer o poder de mudar o que acha que deve ser mudado, ponderar. A Ana Carolina é legítima nas reivindicações, até porque no meu entendimento era presidente no momento, porque o decreto anterior só foi revogado no dia 20 de março, à partir do momento que se declara a vacância do cargo, abre-se essa lacuna para a eleição e foi pautada essa eleição hoje. Devemos acima de tudo, respeitar o tem, as nossas leis, temos uma quantidade de leis muito grande, inclusive, fica minha sugestão, que se aglutinasse a maioria dessas leis, porque hoje para procurar e entender como funciona a fundação cultural e o conselho, tem que buscar no mínimo três leis e cinco decretos para poder entender. Mas acima de tudo, entender que temos regimento e respeitá-lo, independente que as atitudes foram erradas e bagunçadas, mas é o momento de desfazer esse novelo de lã e colocar as coisas em ordem. Não podemos rasgar um regimento interno, é um ato jurídico que nos permite fazer muita coisa, não podemos ser maleáveis, não podemos fazer isso até pela insegurança que se dará. Pois pode ter uma situação em que se tem a maioria pode ser aprovado coisas que

podem prejudicar a Fundação Cultural como entidade ou as próprias câmaras setoriais. A plenária solicita uma cópia destes decretos e regimentos e George informa que está no site da FCBC. Informa ainda que se convencionou que todos os projetos que a FCBC pretende realizar é feita uma consulta para que tudo esteja conforme a lei. Essa mesma postura é adotada por toda a diretoria da FCBC, até porque a primeira reunião do ano, estabelecemos um acordo com toda a diretoria, que estaríamos conduzindo a Fundação dentro da legalidade. Conta que cometeu dois atos ilegais na Fundação, quando entrou, que foi convidar um artista para um lançamento no teatro agora em março, e achava que podia, e o outro foi mandar arrumar o ar condicionado, que não existia dotação no orçamento para isso. Então a partir do momento que a diretoria chegou, eu vi o quanto é fácil, mesmo sem querer dar dano para ninguém, você criar um ato fora da lei. A gente encontrou na Fundação, e não por demérito de ninguém, que dentro dos preceitos que eles estão lendo, coisas que foram executadas da forma que foram, mas eu mesmo sou um crítico à isso, porque foram realizadas. O poder público é muito engessado, e isso também desanima um pouco. Com relação à reunião extraordinária, aí eu tenho que pedir desculpas porque, sobre o processo, quando eu soube do fato, de que a eleição não estava de acordo, eu queria saber qual nosso papel nisso e à princípio, nenhum, porque, o regulamento estava claro, e quanto à isso não tinha o que fazer, e toda a tratativa estava sendo feita pela secretaria da educação. E a Bia já tinha sugerido fazer uma extraordinária, e começamos a ver que não tinha agenda para isso, e em dado momento eu perguntei se era mesmo necessária uma reunião extraordinária ou se não seria mais transparente trazer isso para uma reunião ordinária. Então fui orientado que obrigatório não é, e preferiu-se por aguardar a reunião ordinária. Houve falha de comunicação, mas até onde ia meu conhecimento eu entendi que era uma questão entre a Secretaria de Educação e você (Ana), que já estava encaminhado isso, então não queria trazer mais uma discussão para o grupo. George pede desculpas à Ana Carolina e espera não cometer o erro novamente. Thiago apresenta as questões de eleição, e faz a leitura dos membros que podem ser eleitos. Por questão de ordem Luciano conduz a coordenação do pleito. Luciano pede se em relação ao erro está tudo esclarecido. Faz a leitura dos candidatos, George se coloca como candidato. Faz a chamada para que se há um segundo candidato, e ninguém se apresenta. A plenária questiona se como há um único candidato, pode se fazer a eleição por aclamação. Haydeé, diz que para não haver questionamentos futuros ou impugnação, que se faça por voto secreto com cédula como diz o regimento. A eleição do secretário também foi nula. E como única candidata, Lilian. Thiago conduz a eleição. Passando para o próximo item da pauta, Cissa Muller discorre sobre o BC Criativo, que foi um processo que envolveu o poder público, algumas entidades, como AMPE, UNIVALI, ACIBALC e o Convention Bureau, e outras. Foi pensado no tripé sociedade civil, poder público e privado, criar uma rede colaborativa que pensasse Balneário Camboriú como uma cidade referência na área de cultura e criatividade, porque nós pensávamos que a cidade tem matriz econômica no turismo desde que ela nasceu, porque a cidade em si já é uma cidade de praia toda pensada através do turismo, foi o turismo que trouxe todos nós para cá, a maior parte do que estão aqui se encantou e comprou um imóvel, ou seja, a construção civil acabou se envolvendo naturalmente pela própria natureza da cidade. Com isso nós

adensamos a cidade, tornamos a cidade um ambiente concreto, metrópole cinzenta, e pouco pensou na cidade como uma matriz econômica que dê perenidade à nossa cidade. A ideia é tornar um polo de matriz criativa. De que maneira organizar esse trabalho, a expertise, organizar os setores. Na época, dentro das instituições que fazem parte, a FACISC tem uma metodologia chamada empreender, que é um planejamento estratégico que já organiza por núcleos. Empresário da ACIBALC, Zé, diz que o futuro da economia passou do tangível para o intangível – passa pela cultura local, pela experiência, precisou contratar alguém para pensar. Confiança e cultura andam juntos, e se reúne os grupos por segmento, no caso segmento cultural, e discutir o que esses grupos querem em planos de longo prazo, para a economia criativa, nada de curto prazo, dois anos para se estabelecer a visão, que na foi verdade um ano, com a mediação da FACISC, antes de pactuar qualquer convênio, ou acordo. Nós tivemos o apoio do Osmar e Carina, vinham para cá e fazíamos essas reuniões em diversos ambientes. Como a Avantis, se a gente fala em investimentos, nós tivemos eventos em diversos locais, articulando com os coletivos criativos. Sempre foi aberto, nunca foi restrito, não se paga nenhum tipo de mensalidade, sempre teve o sentimento que estavam informando adequadamente. Estiveram no Rio Grande do Sul em entrevista para a RBS para falar de Balneário Camboriú como referência neste olhar para a cultura, fomos através da FACISC, dando visibilidade para Balneário Camboriú. Apresentaram o case em Lajes e no Rio Grande do Sul. Foi início do trabalho, os recursos do poder público foram quantificados e serão enviados ao presidente. O evento da UNIVALI não teve custo para ninguém, foi uma contrapartida da instituição. Economia criativa na Alemanha e Espanha é modelo de política pública, com ambientes compartilhados, gestão cooperativa (17 segmentos, 11 somente) cada seguimento terá que como discutir os seus problemas e geri-los. Aspecto cultural da valorização do que é de balneário Camboriú, valorizar o que é daqui. Faltam duas etapas: um seminário das boas práticas da economia criativa, e a terceira como se fosse um planejamento estratégico para a continuidade. Estas duas não foram concluídas porque estão aguardando uma data e uma formatação, porque nós precisamos, não temos uma visão de curto prazo, não é uma visão de lucro, é uma visão de estratégia de longo prazo para a cidade, não tem marca de gestão, é a marca da cidade. Até o Varela perguntou quem registrou a marca do BC Criativo, mas não foi feita, não existiu ainda movimentação nesse sentido, até o próprio registro foi colaborativo, pelo curso de Design da UNIVALI. Tem muita doação, e tem uma contrapartida do governo, que foi o fomentado do movimento, através de uma diretoria, que era a Ivana na FCBC, e talvez o empresariado não tenha se aglutinado da maneira como nós esperávamos, pois não tem uma visão de lucro imediatista, não é o caso de ganhar dinheiro agora, e como estamos vivendo uma era muito imediatista, infelizmente nós não conseguimos dar conta de assuntos de longo prazo, é tudo rápido, é tudo agora. O ponto fraco do Conselho gestor, foi a comunicação. Não há um site, não pode nem avaliar como foi a comunicação, a Fanpage gerida pela FCBC, depende muito mais dos empreendedores do que do setor público. Só com o Sebrae mais de 2 ou 3 reuniões em Florianópolis. Ninguém consegue ainda estruturar a economia criativa com eficiência. Formato das câmaras técnicas foi modelo da metodologia de organização social empreender. As câmaras técnicas já tem seu planejamento estratégico publicado, é um documento que tá formatado. É

uma visão da economia criativa. O planejamento tem que vir de baixo para cima, da base da economia criativa. Dagma fala como é difícil ajuntar, os atores empreendedores. Luciano agradece a presença. Luciano pede para formar a Comissão de revisão do regimento do teatro, ficam Luciano, Juca, Roberta e George. Ketlin, informa sobre a condução do processo eleitoral, a Casa dos Conselhos não interfere nos processos, mas organizar, coletar os documentos, e dar transparência, à disposição da comunidade. Somaram-se quatorze votos para George e Lilian, e três abstenções. Sobre os assuntos gerais, Guilhermina pede para confirmar a última reunião em que ocorrerá a alternância em 29 de maio. E pede para estar claro, e que há alternância entre não governamental. Vanda como representante dos artesãos da feira livre questiona e solicita o píer nos cruzeiros solicitam espaço na Barra Sul, em Balneário Camboriú, e não na Barra. George esclarece que à princípio solicitou a Praça do Pescador e pediu autorização para um boulevard para fazer um caminho pedindo o fechamento da rua, para que não fique muito entulhado no espaço da Barra Sul. Isso dependerá de autorizações nessa semana. Está querendo levar para o molhe atrações culturais e prestação de serviços como locação de bikes, pois a cidade é toda plana. Adequações para aquela área são necessárias ainda mais depois dos shows. Previsto a praça do pescador e o projeto do boulevard. Desenhamos o projeto e foi encaminhado para o turismo. Até sexta vem a definição do espaço. Roteiros de charme. Sugere-se que os ônibus deixem as pessoas na Barra, com guias para falar da Igreja, com artesanato identitário na Barra. Estamos sugerindo roteiros para vender a ideia. Insegurança passarela da barra não tem nem alvará e não pode ter mais de 100 pessoas. Cruzeiro teste, há muita coisa ainda para se acertar. Isso tudo a Secretaria de Segurança e e Turismos está articulando. Dagma questiona como estão os trabalhos da comissão de acompanhamento da LIC, e Bia informa que ninguém da comissão procurou a FCBC. Luciano Pede para reestruturar a comissão como sugestão de pauta e Bia reforça para que todas as comissões sejam revistas. Dagma ressalta diz que há projeto aprovado 60 mil na 3ª lic, da 1ª e 2ª lic, dois projetos não apresentaram o produto. Bia coloca que o assunto já consta em ata anterior, análise de 24 projetos. Dagma pede que essa comissão traga os esclarecimentos destes projetos que não exibiram seus filmes. Dagma diz que essas questões ficam sendo discutidas em gabinete e reuniões não vem para todos. Questiona-se se participaram de outras edições, Dagma diz que sim até determinado ponto, mas a Bia disse que não. Dagma ainda diz que eles são impedidos porque são inadimplentes e que eles falam que é por perseguição pessoal e não por uma questão jurídica de inadimplência, e diz que já não estão mais inadimplentes até onde se sabe e solicita que a comissão busque esses assuntos. Lilian solicita um esclarecimento para constar em ata se é para constar uma denúncia, mas Dagma diz que solicita um esclarecimento e é um desabafo, que denúncia faria na Promotoria Pública. Lilian reforça que se há a suspeita pode ser o caso de denúncia ao Ministério Público. George questiona se por algum motivo isso não foi resolvido na gestão passada, Dagma alega que há uma angústia porque não se tem acesso ao processo. Luciano diz que já solicitou e inclusive está na ata passada um relatório disso. Bia relê a ata sobre o assunto, mas a comissão tem que se organizar e ir na FCBC. A comissão se constitui de Roberta, Eliomar e Natália. Eliomar sobre o site da fcbc, as pessoas tem dificuldade de se situar na agenda dos espetáculos. George diz que percebe a deficiências

mas ainda não temos como mexer nisso ainda, mudar completamente a linha de postagem do facebook, tiramos o cotidiano da fcbc e passamos a divulgação das ações para a cultura. Estamos abrindo para mostrar quem são os artistas da cidade e da região. Há uma orientação que se retire do ar todos os sites para que se faça o adequado planejamento da tecnologia da informação, para a readequação do site. Nos planos de comunicação que haja portfólio de todos os artistas, divulgando todo o patrimônio cultural que temos aqui, informativo, início uma para cada estação, conteúdo não conseguimos ainda assumir para gerar conteúdo, todo feito pela a equipe. Aproveita para dar valor para os portfólios dos artistas, ajuda para construir. Em questão de ordem a FCBC pede reunião, pois em 10 de abril tem a entrega do PPA, Plano Pluri Anual, e se sugere apresentar para o conselho, dia 3 abril, às 19 horas, na FCBC. Luciano pede para ler as correspondências na próxima reunião, e passa a palavra para o George, que agradece a ratificação do seu nome. Diz que vai ser importante para o aprendizado e que vai buscar legalidade e transparência, agradece à diretoria que estão orientando muito bem. Diz que teve a primeira experiência no evento realizado domingo, convida para a participação do Atlântica Viva, no próximo domingo, que era para ser somente uma apresentação e acabou se transformando em um pequeno festival. Sobre a LIC, últimas semanas não estávamos conseguindo liberar o dinheiro do orçamento, não estávamos assinando os contratos. Bloqueio de 40% do orçamento de todas as secretarias. Foi Liberado na última sexta feira.

O presidente do Conselho agradece a quórum. E deseja uma boa noite a todos.

Essa ata foi redigida com base no áudio gravado em reunião por Lilian Fernanda Martins Camargo, será lida e aprovada em reunião.